

A Escola Nova Alemã de Blumenau e o seu Programa de Português

Jose Marcelo Freitas de LUNA¹

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa historiográfica sobre a Escola Nova Alemã de Blumenau, tendo como foco a constituição e o desenvolvimento do seu programa de português para imigrantes e descendentes de alemães em Santa Catarina. O material informativo caracteriza-se por fontes primárias, coletadas no Brasil e na Europa, como: livros didáticos, currículos e programas escolares, relatórios, artigos de periódicos e de jornais, dispositivos legais, documentos governamentais, bem como depoimentos de ex-alunos da Escola. A descrição da estrutura curricular da Escola Alemã permite-nos afirmar que atividades de ensino de português para falantes de outras línguas podem ser encontradas no sistema escolar teuto-brasileiro, ao contrário do que afirmaram os governos da época, responsáveis pelas campanhas de nacionalização do ensino. A descrição dos programas de Português da Escola Alemã também nos permite tecer comentários em torno dos princípios teóricos subjacentes à abordagem utilizada.

Palavras-chave: Historiografia; Português; Imigrantes.

Considerações iniciais

A história da escola teuto-brasileira de Santa Catarina ainda não dispõe de um estudo suficientemente abrangente e sistematizado. Os trabalhos que, mais direta ou indiretamente, precisam desse contexto geral para situar os seus objetos específicos utilizam os dados referentes à escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul, com a qual o sistema implantado em Santa Catarina divide características diversas.

Baseado em uma pesquisa sobre o ensino de português para imigrantes alemães em Santa Catarina, este artigo aborda a Escola Nova Alemã de Blumenau (daqui por diante Escola Alemã).

¹ Doutor em Linguística pela USP e Professor do Mestrado em Educação da Univali. e-mail: mluna@univali.br.

Na primeira seção, considerando o nível da contextualização do ensino, fazemos a inserção da Escola Alemã no sistema escolar teuto-brasileiro. Isto é feito através de algumas considerações sobre a criação e o desenvolvimento deste sistema.

Na sequência, damos início à análise descritiva do ensino de português na Escola Alemã. Para este fim, abordamos, através das fontes primárias coletadas, a estrutura curricular da Escola e o programa de português desenvolvido durante o período de 1889 a 1938.

O Sistema Escolar Teuto-Brasileiro

Segundo Rambo (1994), a história da escola teuto-brasileira pode ser dividida em quatro fases. A primeira compreende o período inicial de colonização das primeiras áreas do Rio Grande do Sul, em 1824, estendendo-se até o final da primeira metade do século XIX. O autor revela que essa fase caracterizou-se por uma improvisação geral. Os pais procuravam um prédio de qualquer tipo e os serviços de um professor. Esse era geralmente um imigrante recém-chegado, um religioso ou uma pessoa da comunidade, cujo conhecimento formal era tido como mais elevado do que o da maioria, ou cujas habilidades físicas não eram tão adequadas para as atividades de trabalho mais comuns à população.

A maioria das escolas consistia em apenas uma sala, limitando-se a instrução à Leitura, à Escrita, à Aritmética e à Religião. Todas as aulas eram dadas em alemão, pelo menos parcialmente, porque poucos eram os professores que, como recém-imigrados, entendiam o português. Rambo (1994) ainda destaca que o grau de improvisação evidenciava-se também no material escolar: “Resumia-se, com quase exclusividade, a um quadro negro complementado por um e outro mapa. Em vez de cadernos, as crianças usavam lousas (Schiefertafel), em lugar de lápis ou caneta, conhecia-se quase que exclusivamente o estilete da ardósia (Griffel)” (p.25).

No que concerne à frequência escolar, comumente as crianças permaneciam na escola por não mais do que dois ou três anos, sendo durante esse tempo expostas a intervalos sem instrução. Apesar desse estado, essas escolas

começaram, aos poucos, a elevar a taxa de alfabetismo nas regiões de imigração alemã para bem acima da média nacional

Motivadas, naturalmente, pela persistente falta de provisão escolar pública e pelo crescimento da população, as escolas teuto-brasileiras ampliaram-se e desenvolveram-se, caracterizando a sua segunda fase: 1850 - 1875. Esse crescimento quantitativo se fez acompanhar de melhorias na qualidade de ensino. Contribuíram nesse sentido os primeiros padres jesuítas, que chegaram à região sul do Brasil no início da segunda metade do século, bem como os novos imigrantes, que apresentavam qualificação para o magistério recebida na Alemanha. Com essas condições mais favoráveis, esse período experimentou a formação de escolas com níveis mais avançados de instrução, registrando inclusive uma preocupação inicial com o material didático.

A terceira fase da escola vai de 1875 a 1900. Durante esse período, acentua-se a necessidade de maior organização em torno da prática pedagógica do professor. Os católicos, ajudados pela ordem jesuíta, fundaram em Harmonia, em 1898, a Associação dos Professores e Educadores Católicos Teuto-Brasileiros do Rio Grande do Sul. Dois anos mais tarde, lançaram um periódico para os professores, como forma de fazer circular matérias didático-pedagógicas e notícias escolares em geral.

Os evangélicos, por sua vez, criaram, em 1901 no Rio Grande do Sul e em 1904 em Santa Catarina, associações para coordenar o trabalho das muitas escolas. Essas associações lutaram para desenvolver o nível de instrução, contratar professores mais qualificados, coordenar currículos e representar os interesses das escolas teuto-brasileiras contra as primeiras oposições governamentais.

A quarta e última fase da escola teuto-brasileira encerra-se com os decretos de nacionalização do ensino, dessa vez no contexto da Segunda Guerra, em 1938. Ironicamente, essa fase foi marcada pela solidificação da infraestrutura física e pela preparação de material didático direcionado especificamente para as crianças teuto-brasileiras. Igualmente importante foi a criação de seminários de formação de professores (*Lehrerseminar*), cujo objetivo era equacionar o problema causado pela redução no número de professores vindos da Alemanha e pela necessidade de formação de um professorado ajustado à realidade do contexto nacional brasileiro.

Como já anunciado anteriormente, os alemães tinham desenvolvido, por volta do início século XX, um extenso sistema de educação privada. Em Santa Catarina, os relatórios oficiais informam que, em 1916, 40% das escolas no Estado eram privadas. Em Blumenau especificamente havia, na mesma época, 10 escolas estaduais e 113 escolas privadas com, respectivamente, 520 e 5.011 alunos matriculados (FOUQUET, 1977).

Breve Histórico da *Neue Deutsche Schule* - A Escola Nova Alemã de Blumenau

A Escola Alemã surge em 1889, como resposta à persistente falta de escolas públicas na região. Não obstante os pedidos expressos em diversos ofícios encaminhados pelo Doutor Hermann Blumenau aos poderes governamentais, a cidade de Blumenau, até 1883, contava apenas com duas escolas públicas. A educação das crianças continuava confiada, então, às escolas particulares, que à época já eram noventa.

Saídos do seu país conscientes da importância da educação para o desenvolvimento geral de sua comunidade, os imigrantes alemães empenharam-se bastante na criação de um sistema que provesse os seus descendentes com condições para tal acesso. Contudo, apesar dos esforços nesse sentido, as escolas criadas por eles, durante as primeiras décadas de imigração, limitavam-se a ensinar o absolutamente imprescindível, ficando a alfabetização, principalmente na região rural, bastante precária.

A Escola Alemã experimentou, inicialmente, algumas dificuldades no que se refere à sua manutenção financeira e à falta de professores. Anúncios frequentes de contratação de professores, publicados nos jornais da cidade, denunciam esse problema, também comum a outras escolas e regiões.

Contribuíam para equacionar o problema financeiro o governo alemão, que, seguindo uma política de preservação da germanidade no ambiente luso-brasileiro, enviava mil marcos anualmente, e o governo de Santa Catarina, com uma subvenção de quatro mil e oitocentos réis. Para fazer jus a essa subvenção do Estado, a Escola tinha de ministrar o ensino da língua portuguesa além de promover 53% do ensino gratuitamente.

Em 30 de novembro de 1917, em função dos acontecimentos relacionados com a Primeira Guerra Mundial, a Escola Alemã foi fechada, sendo reaberta no dia 18 de fevereiro de 1920. Pelos relatórios, a partir dessa data, a Escola continuou a desenvolver e ampliar as suas atividades. Em 1938, em resposta à legislação que obrigou mudanças, a Escola teve seu Estatuto reformulado, passando a se denominar Sociedade Escolar Pedro II. Já em meio ao clima político da Segunda Guerra Mundial, a Escola foi integrada à rede pública estadual como Grupo Escolar Modelo Pedro II e Curso Complementar Pedro II. Após algumas modificações, em função de legislação, a Escola, desde 1976, chama-se Conjunto Educacional Pedro II.

A Estrutura Curricular da Escola Alemã

Embora não tenhamos tido acesso aos relatórios dos primeiros dez anos da Escola, podemos encontrar, em outros documentos, evidências de que o ensino da língua portuguesa sempre figurou entre as disciplinas curriculares desde a sua fundação.

A partir do *Curriculum Vitae* do Doutor Fritz Müller, eminente cientista, aprendemos que, paralelamente às funções como pesquisador da fauna e flora do Estado, ele desenvolveu atividades como professor de História Natural e de Língua Portuguesa durante os primeiros anos de funcionamento da Escola. Evidência dessa prática também é o documento “Diretrizes para as Escolas Particulares, mistas ou de ambos os sexos que recebem subsídios do Governo Imperial”, organizado pelo Doutor Blumenau em 1876.

Sobre as disciplinas a se ministrar, ele prescreve:

primeiras bases para educação cristã e moral, leitura, escrever, sistema de pesos e medidas do Império, sistema decimal, língua nativa assim como o idioma pátrio do aluno, conhecimentos gerais de ciências naturais, geografia e história, as duas últimas matérias relativas ao Brasil”(p.3).

Sobre a habilidade dos professores, ele reivindica que todo o possível para tornarem-se capazes de ensinar o idioma nativo até 1877 deverá ser feito. De fato, a preocupação do Doutor Blumenau com o ensino do português é bem anterior a essa data, tendo sido uma constante em seus Relatórios ao Governo Imperial. No

Relatório de 1853, por exemplo, ele faz referência a um professor de português, chamado Fernando Ostermann, dizendo:

O dito professor, ocupando-se já há tempos com o estudo da língua nacional, todavia não achava lugar apropriado para aprender a mesma na sua pureza e não a linguagem corrompida dos itajaianos, como porém se procurava tal lugar, e já entende bastante espero que em poucos meses esteja no caso de fazer o exame competente e então servir na colônia como professor público”(p.107).

Ainda, no Relatório de 1862, ele fala sobre as dificuldades em se encontrar professores e, assim como na citação logo acima, revela características das estratégias de ensino usadas:

As dificuldades consistem na construção dos necessários edifícios e em achar-se indivíduos que reúnem as indispensáveis garantias morais com a prática do ensino e conhecimento da língua vernácula junto com a língua alemã em que não podem deixar de ensinar, visto que as crianças entendem somente esta (p.72).

Temos, nesses relatos, portanto, a comprovação de um período marcado, indubitavelmente, por tentativas e esforços para o desenvolvimento do ensino do português nas escolas teuto-brasileiras de Blumenau e, naturalmente, na Escola Alemã. Por se tratar de um período que apresenta um vácuo de informações, que caracteriza uma zona de silêncio da História, não deve ser considerado para conclusões. Serve, contudo, como indicação de um contexto prévio fértil, no que diz respeito aos aspectos legais e às atitudes da comunidade para a implantação e prática do ensino de português.

Partimos e, com isso, retomamos as atividades da Escola Alemã, do ano de 1905, data do início das atividades docentes de Georg August Büchler, na Escola em Blumenau. O Prof. Büchler foi enviado pela Associação Escolar Alemã para lecionar no Brasil. Em Blumenau, juntamente com outros professores, começou a preparar material didático e revistas especializadas para a Escola Alemã.

O primeiro relatório que encontramos sobre as atividades da Escola é o de 1910. Além das informações sobre a organização da Escola, o Relatório também fornece dados sobre as matrículas, a distribuição das aulas pelos professores e das aulas semanais pelas disciplinas, bem como sobre o programa desenvolvido em cada classe.

A Escola, com base no Relatório de 1910, estava organizada em quatro classes e a 'Selecta'. A 4ª classe atendia os alunos do primeiro ano escolar, na faixa etária de 7 anos; a 3ª classe compreendia o segundo e terceiro anos escolares; a 2ª, o quarto e quinto anos; enquanto a 1ª classe destinava-se ao sexto e sétimo anos escolares. A Selecta, por sua vez, atendia os maiores, na faixa dos 15 anos, que, em 1910, cursavam o oitavo, nono e décimo anos.

Quadro nº 1 – Caracterização Sintética dos Ingressos da Escola Nova Alemã²

Classe	Nº dos alunos	Língua materna			Confissão			Média das Idades		Terra natal			
		Alemão	Português	Outra língua	Evangélica	Católica	Israelita			Município Blumenau	Outro Mun. de SC	Outro Estado Brasil	Estrangeiro
selecta	12	10	2	-	11	1	-	15,40	^a 16,7 ^b 14,1	9	1	1	1
I	39	33	6	-	35	4	-	13,25	^a 13,8 ^b 12,7	30	5	1	3
II	52	48	4	-	48	4	-	11,85	^a 12,4 ^b 11,3	43	5	-	4
III	57	54	2	1	56	1	-	9,60	^a 10,5 ^b 8,7	50	2	3	2
IV	26	24	2	-	24	1	1	7,30	7,30	22	2	1	1
Total	186	169	16	1	174	11	1	-	-	154	15	6	11

Fonte: Relatório da Escola Nova Alemã de Blumenau Ano 1910

Do total de 186 alunos matriculados no ano de 1910, 169 tinham o alemão como língua materna e, apenas 16, a língua portuguesa. Apesar do seu caráter não confessional, percebe-se também que a esmagadora maioria dos alunos era de religião evangélica: 174; ao passo que apenas 11 apresentaram-se como católicos. No que concerne à origem dos mesmos, 175 nasceram no Brasil, sendo 154 naturais de Blumenau, 15 de outro município de Santa Catarina, 6 de outro estado brasileiro. Os últimos 11 nasceram na Alemanha, sendo, portanto, recém imigrantes na região.

² Reproduzido como apresentado originalmente no Relatório referido

Os alunos eram introduzidos sistematicamente ao português a partir da 3ª classe. Como podemos observar através do quadro mostrado a seguir, na 4ª classe, os alunos tinham apenas as duas disciplinas básicas: Alemão, Aritmética, e, segundo alguns relatórios, Canto, Religião e Transporte.

Quadro nº 2 - Distribuição das Aulas Semanais pelas Matérias³

Matéria ensinada	Classe					Número Total
	Selecta	I	II	III	IV	
Allemao	3	6	5	7*	9	30
Portuguez	6	6	6	6	-	24
Inglez	4	[3]	[3]	-	-	7
Francez	4	[2]	-	-	-	4
Arithmetica	-	3	5	6	6	20
Mathematica	5	1	-	-	-	6
Phisica e Chimica	1	1	-	-	-	2
Historia natural	1	2	2	1	-	6
Geographia	1	2	2	1	-	6
Historia	2	1	1	1	-	5
Transporte	27	22	21	22	15	110

Fonte: Relatório da Escola Nova Alemã de Blumenau do Ano de 1910

A Língua Portuguesa, na maior parte dos relatórios, aparece como sendo introduzida na 3ª classe, mantendo-se com a mesma carga horária e o mesmo professor até a Selecta. Ao analisarmos a carga horária das disciplinas em geral, como forma de detectarmos o grau de importância dado a Português no currículo, percebemos que ela divide com Aritmética/Matemática e Alemão o maior número de aulas semanais: 24, 26 e 30, respectivamente.

Além das disciplinas já citadas, a Escola Alemã administrava outras disciplinas como: Física, Química, História Natural e Geral, Geografia, Desenho, Trabalhos de Agulha, Ginástica, Escrituração Mercantil, Inglês, Francês, Caligrafia e História do Brasil, sendo essas duas últimas também de responsabilidade do Prof. Büchler.

A preocupação com a reformulação e ampliação do conteúdo programático, bem como da estrutura curricular transparece nos relatórios analisados. No de

³ Reproduzido como apresentado originalmente no Relatório referido

1910, por exemplo, o Prof. Büchler refere-se à inclusão do ensino do Direito Usual (*Bürgerkunde*) no Programa de História Geral. Sobre essa implementação, ele comenta estar em consonância com as diretrizes da Reforma Geral do Ensino, a qual estava em organização pelo Governo Federal.

No mesmo Relatório, ele cita uma publicação feita, em jornal, pela Comissão Federal, tratando da importância da adoção do Direito Usual: “torna-se indispensável o conhecimento das noções jurídicas mais vulgares, das leis mais usadas na vida civil e política.” (RELATÓRIO de 1910, p.1)

A referência acima joga luz em dois pontos fundamentais para a discussão sobre os princípios e procedimentos didáticos relacionados ao ensino de português. Em primeiro lugar, o conteúdo das disciplinas ministradas parece alimentado por uma proposta pedagógica que se inspira na vida real dos alunos e, por extensão, da sua comunidade. Em segundo lugar, essa preocupação com as necessidades locais parece ter sempre estado, bem antes de qualquer tentativa de imposição na linha da nacionalização, sintonizada com a expectativa das esferas governamentais de ensino.

Contudo, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Escola Alemã, no que diz respeito ao ensino de português e de outras disciplinas em período anterior às campanhas de nacionalização, não pode ser encontrado em nenhum dos documentos oficiais consultados. Ao contrário, o que encontramos são denúncias de que não se desenvolvia, na Escola Alemã, o ensino de português, tampouco se transmitam valores relacionados ao Brasil.

Com a aproximação da segunda campanha de nacionalização, a partir do início da década de 30, a inspeção aleatória às escolas consideradas estrangeiras intensificou-se, gerando um volume expressivo de relatos quase totalmente específicos sobre a nacionalização. O objetivo das inspeções era, naturalmente, o de verificar se as normas e imposições transmitidas pelo Governo estavam sendo cumpridas. Essa atitude generalizada da Inspeção pode ser percebida no trecho do Relatório de 1934, feito pelo Inspetor João dos Santos Areão, sobre a Escola Alemã:

Visitei todas as salas de aula e tive bôa impressão porque os alunos do 1º ano já possuem um bom vocabulário do vernáculo. Nas classes mais adiantadas arguí as crianças, concluindo que não têm sido descurada a obediência as leis referentes às escolas estrangeiras (p. 9).

Além do ensino regular, os relatórios da Escola Alemã indicam ter havido sempre cuidado em oferecer aos alunos atividades sócio-culturais complementares a sua formação. Há referências diversas à frequência dos alunos a peças, jogos, corais, etc, conforme relata o Prof. Büchler no Relatório de 1910: “como os nossos alunos tinham ocasião de assistir à representação de uma peça por uma companhia dramática allemã, desistiu-se dessa vez de uma representação theatral pelos alunos” (p.1).

As atividades culturais promovidas direta ou indiretamente pela Escola beneficiavam não só os seus alunos, mas a cidade em geral, o que ajudou a lhe garantir, em meio à comunidade local e regional, um conceito de alto prestígio que extrapolou a esfera de instrução. Sobre isso, comenta Kormmann (1994): “A partir da Neue Deutsche Schule a vida intelectual blumenauense voltou-se para ideais mais elevados, deixando de lado as intrigas políticas” (p.135).

O Programa de Língua Portuguesa

Como já mencionado, o relatório mais antigo é o do ano de 1910 e o mais recente refere-se ao último ano de funcionamento como Escola Alemã, o de 1938. Para fins de organização, convém anunciar que as considerações aqui feitas têm como base as ementas dos programas.

A divisão de todos os programas analisados era feita pelas duas habilidades linguísticas básicas, quais sejam, ensino oral e ensino escrito. A parte oral do programa abrangia a pronúncia, que era subsidiada por exercícios fonéticos, e o vocabulário, que também formava a base para o ensino escrito.

Em nenhum dos programas, podemos encontrar referências mais precisas acerca do treinamento fonético realizado, o que nos impede de fornecer qualquer análise. A parte de expansão de vocabulário, contudo, apresenta-se nos Relatórios com um nível de detalhamento suficiente.

O conteúdo programático de todas as classes, ou níveis de ensino de português, reflete uma preocupação com a funcionalidade ou a utilidade da língua. Ao considerarmos o programa de 1910, da 3ª classe, ou seja, 1º e 2º anos de português, por exemplo, percebemos que a parte de vocabulário apoia-se na noção

de adequação e de uso efetivo da língua, como um meio de comunicação ajustado à realidade do aluno.

Descrição do corpo humano, suas partes, acções, qualidades. Nome, idade dos alumnos. Seus parentes. Officios de gente conhecida. A sala, os moveis e utensilios. A casa e suas partes. Quem trabalha na construcção de uma casa. O jardim. As 4 estações. O anno, os mezes, a semana. O relógio, a hora. Exercícios de arthmetica. Os metaes mais conhecidos. O que os alumnos fazem em casa, na rua, na escola. O dinheiro. O negociante. O colono e seu trabalho. As refeições. As comidas e bebidas. Os animaes domesticos e alguns outros. A cidade, o rio. O tempo. (p. 5).

É importante destacar que, até o ano escolar de 1915, o ensino para a 3ª classe era feito sem a utilização de um livro didático, ou de uma gramática. A parte de expansão de vocabulário e retenção de significado era desenvolvida oralmente, através da exploração de quadros e de outros recursos visuais.

As pinturas de Höelzel eram utilizadas para, segundo os programas, além de servir como recurso para o fornecimento e retenção de vocabulário e estruturas, subsidiar “conversações simples sobre a primavera, o verão, o outono, o inverno [e] o vocabulario da linguagem concreta familiar.” (Relatório de 1912, p. 9).

O ensino oral dos demais níveis de português era desenvolvido com base nos livros de leitura adotados. A orientação sugerida caracteriza-se, se comparada com a 3ª classe, como igualmente baseada na funcionalidade da língua. As estratégias sugeridas são, portanto, aquelas voltadas para a conversação, conforme se depreende do programa para o 5º e 6º anos de português, do Relatório de 1911.

De cada livro foram lidos oito trechos, fazendo-se os seguintes exercícios: Explicação dos vocabulos na lingua estudada. Definições. Ampliação do vocabulário por synonymos e antonymos. Descrição mais minuciosa de scenas lidas. Leitura com variação de expressão pelo uso de synonymos e antonymos. Interrogação de alumno por alumno. Descrição de objectos citados na leitura. (p. 14)

A ênfase dada ao ensino oral no Programa é percebida, com mais clareza, nos relatórios a partir de 1915, ou seja, do ano a partir do qual Büchler (1914) passou a ser adotado e utilizado como livro didático na Escola Alemã. Os Relatórios começaram a conter, também, descrições mais elaboradas acerca das orientações teórico-metodológicas fornecidas aos professores. No Relatório de 1929, por exemplo, a importância da prática conversacional é revelada:

(...) note-se que nossos alumnos não sabiam fallar o portuguez antes de entrar na escola. Por isso a principal tarefa é fazer com que as crianças, nos dois primeiros annos, aprendam a se expressar na língua do paiz. Para conseguirmos esse fim o ensino deve fundar-se quasi exclusivamente em conversação, interpretação e leitura. (...) Em todas as classes deve ser tratada e aperfeiçoada a conversação. (p. 15)

Como sugerido anteriormente, o ensino escrito baseava-se na exposição do aluno à oralidade. De acordo com os relatórios consultados, o aluno era introduzido à parte escrita do programa apenas após um sistemático trabalho oral de retenção de vocabulário e de estruturas. A orientação fornecida baseava-se, assim, na mesma preocupação de funcionalidade e adequação à realidade do aluno, justificada por referências a noções e conceitos derivados da Psicologia.

De fato, os relatórios do período 1915 - 1938 trazem referências explícitas a conceitos da Psicologia, sobretudo o associacionismo. Outro princípio que claramente emerge dos programas analisados é o da indução, o qual define a abordagem utilizada para o ensino da leitura e da gramática. A referência a uma prática de orientação psicológica pode ser encontrada no extrato do Relatório de 1916, citado abaixo:

Bem assim o decorar para as crianças de uma lingua estrangeira compete muito cuidado, pois facilmente pode habituar-se a responder mechanicamente sem sentir o que diz. (...). Os alumnos devem ser obrigados a interpretar por si mesmos as differentes materias ensinadas. (...) Os grupos de palavras consistem no conjuncto de diferentes objectos formando um todo (por exemplo: sala de aula, jardim, no padeiro, etc.) (...) Por motivos psychologicos evite-se o quanto possivel que sejam escriptas pelos alumnos palavras ainda não ensinado (...). As palavras escriptas devem só abranger o circulo de sua compreensão. (pp. 15-16).

No que concerne especificamente às atividades do ensino escrito, essas se desenvolviam, nos níveis elementares, em forma de cópia de palavras e ditados de sentenças conectadas. Nos níveis intermediários e avançados, ou seja, a partir do 4º ano de português, as atividades eram compostas de ditados de trechos dos livros e de extratos de textos, produzidos pelos próprios alunos durante o trabalho oral.

Somavam-se aos ditados as composições livres que os alunos produziam sobre temas relacionados ao conteúdo adquirido em outras matérias, sobretudo História e Geografia do Brasil. Ainda eram bastante comuns as composições explorando provérbios sobre assuntos relacionados à moral e aos valores nacionais como o civismo. Essa atividade consistia basicamente na interpretação ou

explicação de certo número de provérbios, os quais eram previamente discutidos oralmente em sala de aula.

O desenvolvimento de atividades sobre temas ligados ao referencial língua e cultura recebeu, nos programas de língua portuguesa da Escola Alemã, muita atenção, como se pode verificar no Relatório de 1928:

Aos alumnos, através do ensino da lingua deve ser levado o conhecimento acerca de sua realidade, das coisas do seu paiz, principalmente em se tratando de historia patria, geographia e educação civica e moral. (...) Composições: a) Transformar em falla indirecta: S. Mattheus, Cap. XXVI (...) c) Explicação de 12 proverbios. (...) g) A campanha electrica; Partes, instalação, funcionamento. h) A escola e a instrucção (...) k) A terceira cruzada. l) a guerra contra o Paraguay. (p. 15)

Finalmente, outro tipo de atividade escrita, que era desenvolvida a partir das turmas de 6º ano de Português, eram as correspondências. Seguindo o modelo do Programa *Penfriend*, os alunos eram estimulados a estabelecer uma rede de amizade com crianças de outras escolas alemãs dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Nos programas, esse tipo de atividade aparece sob o título de “pequenas cartas de amizade e cortezia”.

Além das divisões em ensino escrito e ensino oral, os programas também contemplam a parte gramatical, sob a denominação “Resumo Gramatical”. Esta denominação não é casual. Ao contrário, ela encerra a orientação do programa para o ensino de português nos termos do princípio da indução.

A partir dessa orientação, o ensino de tópicos relacionados à morfologia e à sintaxe é desenvolvido de forma gradativa, baseando-se numa tipologia funcional dos textos de leitura. Em outras palavras, o programa desenvolve-se de forma integrada, tendo o texto, tanto o escrito como o oral, como a base para o ensino da gramática.

A recomendação, portanto, era de que os alunos fossem levados à compreensão não só do vocabulário, mas também da matéria gramatical de forma gradativa, ou seja, partindo-se do conhecido para o desconhecido e evitando-se o uso ou a prescrição de regras gramaticais. O trecho abaixo, do Relatório de 1929, ilustra nosso argumento.

Do terceiro anno em diante a materia não mais será dada em grupos de objectos mas sob pontos de vista, obedecendo o seguinte: 1) Si passar-se uma regra orthographica é preciso, que seja acompanhada de tantas palavras, que os alumnos possam deduzir a regra. 2) (...) É de summa importancia, que se observe rigorosamente os principios psicologicos de appercepção (os diferentes Typos de appercepção! Evitar ver os erros) (p. 16)

Assim, os textos proviam os alunos com dados situacionais da unidade do programa e, através disso, forneciam previamente vocabulário e estruturas da língua, as quais eram, na parte Resumo Gramatical, trabalhadas mais explicitamente como foco de ensino.

Embora explícito, esse trabalho era feito de forma mais descritiva do que prescritiva. A parte Resumo Gramatical destinava-se ao professor para sistematização do conteúdo indutivamente apresentado e para remoção de dúvidas eventualmente adquiridas na realização dos exercícios.

Uma análise mais detalhada dos tópicos do Resumo Gramatical permite-nos concluir que a organização e a apresentação dos mesmos eram feitas de forma espiral. Em outras palavras, os tópicos eram apresentados de forma gradativa, sendo retomados em diferentes estágios do ensino. Essa estratégia coadunava-se, naturalmente, com o princípio de adequação e utilização da língua para fins comunicativos, o qual era repetidamente enfatizado nos programas analisados.

As estratégias de gradação e funcionalidade do conteúdo, bem como o caráter espiral do programa podem ser observados nas ementas dos programas de 1910, contidos no Relatório do mesmo ano:

1º e 2º annos de portuguez (...) 3. Resumo Grammatical: Os verbos nos 3 tempos principaes. Os pronomes pessoaes. Singular e plural dos substantivos e adjectivos. Os adjectivos qualificativos e determinativos. O comparativo. O adjectivo. As preposições: a, de, por, para, com, em. As conjunções mais usadas. Os adverbios mais usados. (...) 2º e 3º annos (...) O substantivo: genero e numero, gráu de significação. (...) O adjectivo: genero, numero e gráu. Concordancia com o substantivo. O verbo: conjugação em todas as formas, menos no futuro do conjunctivo e no infinitivo pessoal. O pronome e a concordancia dos verbos com os pronomes pessoaes. O adverbio e as locuções adverbias (...). (p. 8)

Considerações finais

A descrição geral da estrutura curricular da Escola Alemã permite-nos afirmar que atividades de ensino de português para falantes de outras línguas podem ser encontradas no sistema escolar teuto-brasileiro.

Mesmo não tendo tido acesso aos relatórios do período de 1889 a 1909, podemos demonstrar, com base nos Relatórios do Dr. Blumenau e em outras fontes primárias, que a língua portuguesa sempre figurou como disciplina curricular e obrigatória da Escola, que tinha como clientela majoritária alunos de língua materna alemã.

A partir do ano do primeiro relatório encontrado, o de 1910, as referências ao ensino de português são ininterruptamente apresentadas, de forma completa e circunstanciada, através da divisão de disciplinas por professor e, como ilustrado no quadro 2, através do currículo da Escola.

A descrição dos programas de português da Escola Alemã também nos permite tecer comentários em torno dos princípios teóricos subjacentes à abordagem utilizada. Percebe-se que o programa era fundamentado na noção de funcionalidade do conhecimento linguístico. A seleção do conteúdo e sua gradação eram guiadas pelas variáveis que integravam o contexto do aluno. Dessa forma, tanto a habilidade oral como a escrita apoiavam-se em exercícios e exemplos relacionados à idade e ao cotidiano do aluno e da sua comunidade.

Os princípios que claramente emergem da análise feita dos programas são o da indução e o da associação. Esses princípios podem ser associados às teorias abrigadas pela Psicologia, ao longo da segunda metade do século XIX.

O ensino de Português na Escola Alemã foi definido, no que diz respeito ao contexto brasileiro, por medidas que se vinculam à ação do Estado. Por sua política de atração do imigrante e pela falta de assistência escolar nas regiões de colonização estrangeira, o Governo proporcionou, durante as duas últimas décadas do século XIX, um clima favorável à criação e ao desenvolvimento do sistema escolar teuto-brasileiro. Motivado por questões político-econômicas de níveis regional, nacional e internacional, o Governo provocou, com as duas Campanhas de Nacionalização do Ensino, pressões que impuseram mudanças didático-

pedagógicas para o ensino de português, seguidas de interrupção e extinção da Escola Alemã.

Referências

Atas das Assembléias Gerais (manuscritos avulsos)

Bericht der Neuen Schule zu Blumenau (relatório dos anos escolares de 1910 a 1938). Blumenau: Druckerei des Urwaldsboten.

BLUMENAU, H. Terceiro Relatório sôbre a Colônia Blumenau. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, p. 44-46, 1853

_____. Quarto Relatório da Colônia Blumenau. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, p. 103-108, 1853.

_____. Relatório do Dr. Blumenau 1856. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 1, p. 2 - 95, jan. 1959.

_____. Colônia Blumenau Relatório do ano de 1862. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 2, p. 70 - 75, fev. 1968.

_____. Dr. Diretrizes para as escolas particulares, mistas ou de ambos os sexos que recebem subsídios do governo imperial. In: **Estatutos emitidos pelo Dr. Herman Blumenau**. Blumenau, p. 1- 3, ago.1876.

BÜCHLER, G. A. **Portugiesisches Sprachbuch für Kolonieschulen**. Blumenau: G. Arthur Koehler, 1914.

FOUQUET, K. Die deutsche-brasilianische Schule, ein Werk der Selbsthilfe. In: FRESEN, Gerhard; SCHATZBERG, Walter (Eds) **The German Contribution to the Building of the Americas**. Hanôver: University Press of New England, 1977, p. 315-42.

KORMANN, E. **Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850 -1985)** vol. II, Florianópolis: edição da autora, 1994.

LUNA, J. M. F. **O Português na Escola Alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática**. Itajaí: Edifurb e Editora da Univali, 2000.

RAMBO, A. B. **A escola comunitária teuto-brasileira católica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça pelo Inspetor João dos Santos Areão. Florianópolis, 1934.